

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.452.901 - RJ (2019/0046716-6)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S A
ADVOGADOS : SANDRO MACHADO DOS REIS E OUTRO(S) - RJ093732
LUIZ GUSTAVO ANTÔNIO SILVA BICHARA - RJ112310
GIUSEPPE PECORARI MELOTTI - RJ136165
MATHEUS REIS E MONTENEGRO - RJ166994

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ARROLAMENTO DE BENS. ART. 64 DA LEI N. 9.635/1997. CRÉDITO TRIBUTÁRIO EM NOME DO DEVEDOR INFERIOR A 30% (TRINTA POR CENTO) DE SEU PATRIMÔNIO CONHECIDO. CANCELAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da incidência da Súmula 7 do STJ.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (fls. 1590-1591):

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA PRETENSÃO DE CANCELAMENTO INTEGRAL DO ARROLAMENTO DE BENS E DIREITOS. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS PARA A MANUTENÇÃO DA MEDIDA. EXTINÇÃO ADMINISTRATIVA DO LANÇAMENTO QUE MOTIVOU O ARROLAMENTO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO AO CANCELAMENTO INTEGRAL COM A COMUNICAÇÃO AOS ÓRGÃOS DE REGISTRO. SENTENÇA REFORMADA. CONCESSÃO DA SEGURANÇA.

1 - O ato coator consubstancia-se na Informação Fiscal da chefia da DEMAC/RJ, que indeferiu a pretensão no bojo do processo administrativo fiscal nº 16682.720658/2012-91 - instaurado a partir da constatação, em julho de 2012, de que os créditos tributários lançados em face da Impetrante ultrapassavam 30% de seu patrimônio conhecido e eram superiores a dois milhões de reais-, de ser efetuado o cancelamento do arrolamento em razão de não mais estarem presentes os requisitos para tal, dada a alteração da situação fática, que indica que o débito atual não ultrapassa o limite de 30% de seu patrimônio. Não há, portanto, que se falar em ilegitimidade da autoridade apontada como coatora.

2 - Na forma do art. 64 da Lei nº 9.532/97, "a autoridade fiscal competente procederá ao arrolamento de bens e direitos do sujeito passivo sempre que o valor dos créditos tributários de sua responsabilidade for superior a trinta por cento do seu patrimônio conhecido". Todavia, se não mais persistem os requisitos autorizadores da medida, impõe-se à Autoridade fiscal revê-lo, tendo em vista que a função é exclusivamente a de monitorar o grande

Superior Tribunal de Justiça

devedor evitando a diplapidação patrimonial.

3 - Não se desconhece que, nos termos do art. 64, §§ 7º e 8º da Lei nº 9.532/97, o arrolamento de bens será cancelado nos casos em que o crédito tributário que lhe deu origem for liquidado antes da inscrição em dívida ativa ou, se após esta, for liquidado ou garantido. Porém, a meus ver, cumprida a sua função precípua e não mais presente o risco estabelecido pelo legislador limitado a débitos superiores a 30% do patrimônio do contribuinte, inexistente justificativa legal para a manutenção da cautela, que pode e deve ser revista. Tanto assim que a legislação de regência admite essa revisão até mesmo para o cancelamento parcial do arrolamento, adequando-o ao débito efetivo, na forma do que dispõem os arts. o art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.171/11, atual art. 13 da IN nº 1.565/2015.

4 - Encontra-se comprovado nos autos que o processo instaurado que resultou no arrolamento ora combatido, não mais preenche os requisitos da legislação de regência, eis que os débitos não chegam a 30% do patrimônio conhecido da Impetrante. A própria autoridade impetrada reconhece que não mais subsistem os requisitos ensejadores do arrolamento ao afirmar que "(...) Foram levantados nesta data os débitos atualmente existentes, que totalizaram R\$2.079.521,30, conforme Relatório consolidado dos créditos tributários passíveis de arrolamento juntado às fls. 1460 a 1479. Este valor foi comparado com o total do ativo declarado na Ficha 36A da DIPJ 2014, R\$11.085.688.347,69, correspondendo os débitos a, aproximadamente, 19% do total do ativo, não devendo, desta forma, ser complementado o arrolamento de bens e direitos lavrado em julho de 2012.

5 - Da apuração dos débitos levantados à época do arrolamento, as informações prestadas revelam, primeiramente, débitos associados a processos administrativos diversos, não necessariamente vinculados ao processo que originou o arrolamento, o de nº 16682.720658/2012-91, e, ainda que se considerassem os débitos apresentados como motivadores daquele arrolamento, o valor total apurado estaria em R\$1.214.067.544,10, o que corresponde a percentual de 10,9% aproximadamente do patrimônio da Impetrante, mais uma vez apontando a inexistência de propósito e autorização legal para a manutenção da cautela.

6 - Se não bastasse a simples ausência de justificativa de manutenção da medida quando já ausentes os requisitos legais, a Impetrante comprovou que o arrolamento teve origem no processo administrativo nº 16682.720658/2012-91, relacionado, como a própria informação fiscal revela (fl. 1509), com o auto de infração de IRRF lavrado em 06/07/2012, que foi impugnado na seara administrativa, sendo certo que o lançamento foi integralmente cancelado, porquanto o julgamento do recurso voluntário da impetrante, junto ao CARF, lhe foi favorável, segundo cópia juntada à fl. 1.430/1.444, decisão que teria transitado em julgado, aplicando-se ao caso o disposto no art. 12, V. da Instrução Normativa nº 1.171/11 que estabelece como hipótese de cancelamento do arrolamento "a nulidade ou retificação do lançamento que implique redução da soma de créditos tributários para montante que não justifique o arrolamento".

7 - Dúvida não há de que o processo administrativo nº 16682.720658/2012-91 que motivou o arrolamento se refere a débito de

Superior Tribunal de Justiça

IRRF do ano de 2009, que foi integralmente cancelado, possuindo a Impetrante direito líquido e certo ao cancelamento do arrolamento originado do processo nº 16682.720658/2012-91. A medida não mais se justifica, seja porque não mais está presente o risco de dilapidação patrimonial, ante o percentual inferior ao limite de 30% do comprometimento da Impetrante, como porque o lançamento que motivou a medida foi cancelado, inexistindo comprovação nos autos de outros débitos vinculados ao referido arrolamento.

8 - Recurso provido para reformar a sentença e conceder a segurança, determinando que a Autoridade Impetrada efetue o imediato cancelamento do arrolamento objeto deste mandamus, procedendo à comunicação aos órgãos de registro, para o cancelamento das averbações, na forma do art. 11 da IN 1.171/11, no prazo de 30 dias, após o trânsito em julgado desta decisão.

Embargos de declaração rejeitados.

No recurso especial a recorrente alega violação do artigo 1.022, I e II, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte local não se manifestou a respeito da seguinte questão: há débitos remanescentes, não sendo possível o cancelamento integral do arrolamento.

Quanto à questão de fundo, sustenta ofensa aos artigos 64, §§ 7º, 8º e 9º, da Lei n. 9.532/1997 e 183 do CTN, ao argumento de que (a) ainda remanescem débitos, não sendo possível o cancelamento integral do arrolamento, o qual ocorrerá somente quando todos os débitos que o motivaram estiverem extintos ou garantidos, bem como que (b) "a alteração das condições que ensejaram o arrolamento de bens, tal como o aumento do patrimônio, de modo que os limites definidos no artigo 2ª da Instrução Normativa RFB nº 1.171/2011 não sejam mais superados, não é motivo para o cancelamento integral do arrolamento de bens preexistentes" (fls. 1644-1645).

Com contrarrazões.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

Parecer do MPF às fls. 1726-1730 pelo não conhecimento do agravo.

É o relatório. Decido.

No pertinente ao arrolamento de bens de que trata o art. 64 da Lei n. 9.532/1997, a jurisprudência desta Corte Superior firmou a compreensão no sentido de que essa medida gera apenas um cadastro em favor da Fazenda Pública, destinado a viabilizar o acompanhamento da evolução patrimonial do sujeito passivo da obrigação tributária, seja com o objetivo de operacionalizar um futuro procedimento executório, seja para coibir eventuais fraudes à execução.

Os bens arrolados não se vinculam à satisfação do crédito tributário, eles poderão ser transferidos, alienados ou onerados, independentemente da concordância da autoridade fazendária, haja vista que o devedor tributário continua em pleno gozo dos atributos da propriedade. Não há também interferência na esfera privada do contribuinte, visto que o que se objetiva é preservar o interesse público e de terceiros, sem prejuízo da possibilidade da alienação ou oneração dos bens arrolados, cuja única obrigatoriedade restringe-se à comunicação ao fisco.

A autoridade fiscal competente procederá ao arrolamento de bens, quando o valor dos créditos tributários da responsabilidade do devedor for superior a 30% (trinta por cento) de seu patrimônio conhecido, sendo que esse procedimento só é exigido da referida autoridade quando o crédito tributário for superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos

Superior Tribunal de Justiça

mil reais). E sua finalidade é expressa: criar rol de bens do devedor cujo montante seja de valor suficiente para cobrir o montante do crédito tributário de responsabilidade do sujeito passivo.

No caso dos autos, o acórdão recorrido assim se manifestou acerca da controvérsia (fl. 1586):

"Encontra-se comprovado nos autos que o processo instaurado que resultou no arrolamento ora combatido, não mais preenche os requisitos da legislação de regência, eis que os débitos não chegam a 30% do patrimônio conhecido da Impetrante.

Isto porque a própria DEMAC-RJ (Delegacia Especial de Maiores Contribuintes) reconheceu que não mais subsistem os requisitos ensejadores do arrolamento. Senão vejamos o trecho da decisão proferida pela Delegacia Especial:

"(...) Foram levantados nesta data os débitos atualmente existentes, que totalizaram R\$2.079.521,30, conforme Relatório consolidado dos créditos tributários passíveis de arrolamento juntado às fls. 1460 a1479. Este valor foi comparado com o total do ativo declarado na Ficha 36A da DIPJ 2014, R\$11.085.688.347,69, correspondendo os débitos a, aproximadamente, 19% do total do ativo, não devendo, desta forma, ser complementado o arrolamento de bens e direitos lavrado em julho de 2012.

Restou então verificar quais débitos, levantados à época da lavratura do arrolamento de bens e direitos às fls. 523 a 526, ainda não foram extintos, impedindo, desta forma o cancelamento integral do arrolamento de bens e direitos realizado. (...)"

Da apuração dos débitos levantados à época do arrolamento, as informações prestadas revelam, primeiramente, débitos associados a processos administrativos diversos, não necessariamente vinculados ao processo que originou o arrolamento, o de nº 16682.720658/2012-91, e, ainda que se considerassem os débitos apresentados como motivadores daquele arrolamento, o valor total apurado estaria em R\$1.214.067.544,10, o que corresponde a percentual de 10,9% aproximadamente do patrimônio da Impetrante".

Deve-se observar que, nos termos do art. 64, §§ 7º e 8º, da Lei n. 9.532/1997, o arrolamento de bens será cancelado nos casos em que o crédito tributário que lhe deu origem for liquidado antes da inscrição em dívida ativa ou, se após esta, for liquidado ou garantido na forma da Lei n. 6.830/1980. Vale anotar que a Lei n. 6.830/1980, em seu art. 9º, estabelece as seguintes hipóteses de garantia: (a) depósito em dinheiro, (b) oferecer fiança bancária; (c) nomeação de bens próprios à penhora; e (d) nomeação de bens de terceiros à penhora.

Depreende-se, ademais, que, à luz da Lei n. 9.532/1997, o parcelamento do crédito tributário, hipótese de suspensão de sua exigibilidade, por si só, não é condição que autorize o cancelamento do arrolamento, ainda que o contribuinte venha adimplindo o parcelamento e os valores atuais alcancem valor inferior a 30% (trinta por cento) do patrimônio conhecido, uma vez que efetivado o arrolamento, somente a liquidação ou a garantia da execução legitima o seu cancelamento.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. DEVIDO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES RECURSAIS.

1. Inexiste violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das

questões abordadas no recurso.

2. "Os § § 8º e 9º do art. 64 da lei nº 9.532/97 dispõe expressamente sobre as hipóteses de cancelamento do arrolamento do bem, dentre as quais não se inclui a adesão a parcelamento tributário. Nos termos dos dispositivos citados, o arrolamento de bem somente será cancelado nos casos em que o crédito tributário que lhe deu origem for liquidado antes da inscrição em dívida ativa ou, se após esta, for liquidado ou garantido na forma da Lei nº 6.830/1980" (REsp 1467587/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/02/2015, DJe 06/02/2015).

3. São hipóteses de garantia da execução, consoante dispõe o art. 9º da Lei n. 6.830/80: (i) depósito em dinheiro, (ii) oferecimento de fiança bancária; (iii) nomeação de bens próprios à penhora; e (iv) nomeação de bens de terceiros à penhora.

4. Irrelevante que a empresa contribuinte venha adimplindo o parcelamento de modo que os valores atuais alcançariam valor inferior a 30% do patrimônio conhecido, uma vez que, efetivado o arrolamento, somente a liquidação ou a garantia da execução legitima o cancelamento. Recurso especial improvido. (REsp 1461070/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 24/2/2015, DJe 3/3/2015.)

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. RECURSO ESPECIAL. ADESÃO AO PARCELAMENTO DE QUE TRATA A LEI Nº 11.941/09. MANUTENÇÃO DE ARROLAMENTO DE BENS REALIZADO ANTES DA ADESÃO AO PARCELAMENTO. LEGALIDADE DO INCISO I, DO § 11, DO ART. 12 DA PORTARIA CONJUNTA PGFN/RFB Nº 6/2009.

1. Discute-se nos autos se a adesão ao parcelamento de que trata a Lei nº 11.941/09 tem o condão de cancelar o arrolamento de bens efetivado pelo Fisco de acordo com o art. 64 da Lei nº 9.532/97.

2. Nos termos do art. 8º da Lei nº 11.941/2009, a inclusão de débitos no âmbito de seu parcelamento não implica novação. Isso significa que a adesão ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009 não implica nova dívida, razão pela qual subsistem as obrigações acessórias anteriormente existentes sobre os débitos objetos do parcelamento.

3. A manutenção do arrolamento dos bens é medida que se impõe, não como exigência para fins de adesão ao parcelamento de que trata a Lei nº 11.941/2009, mas sim em razão da inexistência de novação quando da adesão ao parcelamento da referida lei, pelo que, subsistindo os débitos anteriores, ainda que transferidos para o parcelamento, subsistem as obrigações a eles acessórias, não havendo que se falar em ilegalidade do inciso I, do § 11, do art. 12 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6 de 2009.

4. Os § § 8º e 9º do art. 64 da lei nº 9.532/97 dispõe expressamente sobre as hipóteses de cancelamento do arrolamento do bem, dentre as quais não se inclui a adesão a parcelamento tributário. Nos termos dos dispositivos citados, o arrolamento de bem somente será cancelado nos casos em que o crédito tributário que lhe deu origem for liquidado antes da inscrição em dívida ativa ou, se após esta, for liquidado ou garantido na forma da Lei nº

6.830/1980.

5. O fato de o contribuinte devedor estar com dificuldades para receber a cobertura securitária do veículo roubado, em cujo registro consta o arrolamento do bem, bem como o fato de não estar conseguindo alienar outro dos veículos arrolados por temor dos terceiros adquirentes à vista dos referidos arrolamentos não lhe confere direito líquido e certo ao cancelamento da medida administrativa.

6. Recurso especial provido. (REsp 1467587/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 3/2/2015, DJe 6/2/2015.)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO QUE OBJETIVA O CANCELAMENTO DE ATO DE ARROLAMENTO DE BENS E DIREITOS. ART. 64 DA LEI N. 9.635/1997. CRÉDITO TRIBUTÁRIO EM NOME DO DEVEDOR ACIMA DE R\$ 500.000,00 E QUE REPRESENTA MAIS DO QUE 30% DE SEU PATRIMÔNIO CONHECIDO. ADESÃO A PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO (PAES - LEI N. 10.684/2003). MONTANTE DO DÉBITO TRIBUTÁRIO REDUZIDO EM RAZÃO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS. IRRELEVÂNCIA.

1. Recurso especial no qual se discute se a adesão do ora recorrente a parcelamento tributário, em 2003, no qual é previsto a redução de encargos de mora, que acaba por reduzir o montante original do crédito tributário para abaixo de R\$ 500.000,00, é razão para o cancelamento do arrolamento de seus bens, procedido pela Receita Federal, nos termos do art. 64 da Lei n. 9.532/1997, em razão de o débito fiscal atingir, à época (2001), o valor de R\$ 536.144,01, valor este que representaria mais de 30% do patrimônio conhecido do devedor.

2. Nos termos do art. 64 da Lei n. 9.532/1997, a autoridade fiscal competente procederá ao arrolamento de bens, quando o valor dos créditos tributários da responsabilidade do devedor for superior a 30% de seu patrimônio conhecido, sendo que esse procedimento só é exigido da referida autoridade quando o crédito tributário for superior a R\$ 500.000,00.

3. Pelo que consta do acórdão recorrido, à época em que apurado o montante dos créditos tributários (2001), estava caracterizada a hipótese para arrolamento dos bens do devedor, ora recorrente.

4. Nos termos do art. 64, §§ 7º e 8º, da Lei n. 9.532/1997, o arrolamento de bens será cancelado nos casos em que o crédito tributário que lhe deu origem for liquidado antes da inscrição em dívida ativa ou, se após esta, for liquidado ou garantido na forma do art. 6.830/1980. Depreende-se, portanto, que, à luz da Lei n. 9.532/1997, o parcelamento do crédito tributário, hipótese de suspensão de sua exigibilidade, por si só, não é hipótese que autorize o cancelamento do arrolamento.

5. Recurso especial não provido. (REsp 1236077/RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 22/5/2012, DJe 28/5/2012.)

Portanto, é irrelevante, para efeito de arrolamento fiscal de bens e direitos, que os atuais valores dos débitos tributários alcancem patamar inferior a 30% (trinta por cento) do patrimônio conhecido do sujeito passivo, devendo o cancelamento do registro do arrolamento de bens ser efetuado no caso de quitação ou garantia integral da dívida

Superior Tribunal de Justiça

em ação de execução.

Prejudicada a análise de violação do art. 1.022, I e II, do CPC/2015.

Ante o exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, a fim de restabelecer a sentença.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

